

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

República e Escravidão na escola secundária baiana: aparentes contradições nos manuais didáticos de João Ribeiro e Antonio Alexandre Borges dos Reis

Maria Cristina Dantas Pina*

Resumo: Este texto pretendeu identificar como o escravo negro foi retratado nos livros didáticos de História do Brasil de João Ribeiro (1900) e Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915). Manuais utilizados no Ginásio da Bahia, cujos autores defendiam a República e as mudanças dela advindas. Analisou-se como os dois livros pensaram a escravidão na história do Brasil e como suas análises relacionavam-se com uma cultura intelectual hegemônica naquele contexto, considerando as especificidades da questão racial na sociedade brasileira e baiana. Buscou-se perceber os significados e implicações sócio-econômicas e políticas dos conteúdos dos livros, relacionando-os com o contexto vivido pelos autores e leitores. Constatou-se, assim, que a escola, através das suas disciplinas escolares, foi um espaço de legitimação de um projeto republicano no qual o negro mantinha um lugar de inferioridade.

Palavras Chave: Livro Didático – escravidão – ensino de história

Résumé: Ce texte il prétendant surprendre que l'esclave noir est allé se rétracter dans les manuels didactique de l'Histoire de les Brésil de João Ribeiro (1900) et Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915). Les Manuels utilisée dans les Gymnase de les Bahia, dont auteurs ils protéger les une République et les modifications de le arrive. Analyse semblable à les deux livres ils réflexion les esclavage dans les histoire de les Brésil et que une votre reportage se rapporter avec une culture intellectuelle hégémonie, prévoyant les spécifique de la question racial dans la société brésilienne et baiana. Il piquet de grève les signification et implications entreprise l'associé économiques et politique de les le contrat de les livres rapporte les à les le contrat vivions par le auteurs et lecteurs. Constate, sitôt, l'école, via les votre discipline escolares, il est allé une intervalle comme de légitimité près de une étude Républicaine dans lequel les noirs il gardé um situer comme de inférieur.

Palavras Chave: Livre didactique – esclavage – enseignement d'histoire

Introdução

Este texto analisa como o escravo negro foi retratado nos livros didáticos: *História do Brasil* (1900) de João Ribeiro e *História do Brasil* (1900) de Antonio Alexandre Borges dos Reis (1915), utilizados no Ginásio da Bahia, nas três primeiras décadas do século XX, percebendo as relações entre os conteúdos e o contexto vivido por seus autores e leitores.

Até a década de 1940 o Ginásio era a única instituição pública de ensino

* Professora de Metodologia e Prática do Ensino de história, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
Doutorando em Educação, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pelo Programa PQI/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR.

secundário na Bahia, formando, durante esse período, várias gerações ligadas, principalmente, às elites baianas. Esta Instituição de ensino foi durante décadas centro de referência de produção intelectual e, portanto, espaço privilegiado para se entender as relações entre escola e sociedade.

O contexto analisado é o ambiente republicano permeado pela idéia de que a educação seria a saída para o progresso nacional. Ou seja, a escola teria como objetivo a formação do sentimento patriótico e, para isso, os manuais didáticos de história tiveram papel de destaque. Essa concepção de pátria incluía uma explicação em relação ao papel assumido pelos grupos raciais presentes na formação brasileira.

A República e as transformações na sociedade brasileira e baiana

No processo de instalação e construção dos instrumentos político-institucionais da República a Escola foi um dos alvos privilegiados de atuação. Momento intenso no tocante a disputas de ideais, projetos, interesses de toda ordem. Momento em que a sociedade brasileira passa por um intenso processo de transformação em sua composição: aumento populacional, crescimento das cidades, grande diversificação étnica da população, tendo como estrutura uma sociedade em transição para inclusão numa nova ordem econômica mundial.

Na Bahia a transição do Império para a República não diferiu no geral do contexto nacional. Dominada política e economicamente por oligarquias rurais, a Bahia experimentou essa passagem baseada em acordos entre as elites agrárias. Em função da perda da hegemonia do Estado para o sudeste, o discurso sobre a importância da educação é potencializado. Nesse sentido, é notório nos discursos dos intelectuais baianos a valorização e enaltecimento de um passado culto e instruído, embora os fatos demonstrem uma constante carência e ausência de uma educação pública.

Algumas reformas podem ser apontadas em relação à educação na Bahia no período em questão. Em passos lentos os governos republicanos foram implementando a expansão do ensino primário, sem o *glamour* dos grupos escolares paulistas.

Já em 1895 tem-se uma primeira reforma de ensino que vai ser pouco efetivada na prática. É somente a partir de 1925 que o ensino primário conhece ações práticas no Estado, quando da gestão de Anísio Teixeira na direção da Inspetoria Geral de Instrução Pública na Bahia.

Até 1930 o Ginásio da Bahia permaneceu como única instituição pública de ensino secundário, seguindo a legislação federal e mantendo a equiparação ao Colégio Pedro II, estabelecendo uma educação com fortes características humanistas.

Esta instituição representou um centro importante de discussão acadêmica e intelectual da elite baiana. Seus professores eram intelectuais formadores de opinião, no dizer de Gramsci, intelectuais orgânicos, que contribuíam com a manutenção ideológica de uma determinada ordem social.

Exemplar dessas discussões foi o debate em torno da questão relativa ao negro, que ocupou lugar central nas décadas finais do século XIX, adentrando algumas décadas do século XX. Tal debate, em certa medida, denuncia as atrocidades da escravidão, mas construiu uma justificativa a partir da sua preexistência na África, como também pela inferioridade dos negros. Vejamos os desdobramentos dessas idéias nos manuais didáticos.

Livro didático e escravidão – os autores

Os livros de João Ribeiro e Antonio Alexandre Borges dos Reis são expressões ricas de uma cultura escolar que marcou o ensino de história no secundário baiano nesse contexto de mudanças educacionais e permanência do pensamento racista. Ambos foram utilizados no curso de História do Brasil do Ginásio da Bahia

O livro *História do Brasil – curso superior*, de João Ribeiro, foi publicado em 1900, faz referências em relação ao negro e sua escravidão em três capítulos diferentes (nos itens: “As três raças – a sociedade”; “A escravidão negra”; “Revolta dos negros na Bahia” e “A Abolição”); perfazendo um total de 26 páginas num universo de 540 páginas.¹

Ribeiro organizou seu livro de forma completamente diferente do que até então tinha se visto em matéria de livro didático. Segundo ele próprio, “os nossos livros didacticos de historia pátria dão excessiva importância à acção dos governadores e à administração, puros agentes (e deficientíssimos) da nossa defesa externa” (p. 18). Daí propõe outra forma de narrar a história do Brasil, pois sua formação deve ser entendida a partir do “colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros” (p. 17).

Logo, seu livro torna-se um marco na historiografia brasileira por esta inovação e pela riqueza de pesquisa histórica. Também vai ser um construtor da idéia de nação a partir da

¹ Na primeira edição o livro é composto de nove capítulos, cada um deles com vários subitens. No entanto, o texto referente ao negro é o mesmo da edição (1935) aqui utilizada, inclusive em número de páginas.

República. Segundo Melo (1997), Ribeiro vê a República “como única forma de governo capaz de realizar o verdadeiro ideal da Fundação da própria nação, encontro da vontade do povo, do homem nacional” (p. 6). Sua história vai ser marcada por esta concepção, caracterizado por como um texto republicano.

Já o manual de A. Alexandre Borges dos Reis foi editado pelas oficinas de Reis & C. para ser adotado nos Liceus e Ginásios da Bahia. Assim como o livro de João Ribeiro, caracteriza-se por apresentar uma análise dos fatos históricos sem se sustentar na narrativa pura e simples de fatos da história político-administrativa do Brasil. Preocupa-se em apoiar sua análise em estudiosos da história nacional e mundial, tentando explicar os fatos e não apenas descrevê-los. Também pode ser considerado um texto republicano.

O livro é dividido em duas partes. A primeira parte cobre os fatos do século XVI ao XVIII (257 páginas); a segunda parte cobre os fatos ocorridos no século XIX (168 páginas). O negro aparece em dois capítulos (nos itens “A escravidão dos negros – o tráfico e a agricultura” e “O tráfico, leis repressoras. Leis Emancipadoras, a abolição”), totalizando 8 páginas de um universo de 425 páginas.

Todos os dois manuais didáticos foram produzidos num mesmo contexto histórico. Os dois autores viveram a experiência de lecionar História do Brasil e construíram os livros para tal fim. Viveram intensamente as transformações sociopolíticas, econômicas e culturais da transição do século XIX para o século XX, participando ativamente da vida intelectual brasileira, tanto no Rio de Janeiro (então capital da república) quanto na Bahia. Eram, também, defensores da República.

É fundamental entender como eles pensavam a escravidão negra. Dividimos a análise das obras a partir de três temáticas: tráfico de escravos, resistência escrava e abolição.

O Tráfico de escravos

Tanto João Ribeiro quanto Borges dos Reis condenam o tráfico de escravos. Os dois assumem uma posição crítica no tocante às condições do tráfico e dos negros. No entanto, eles constroem justificativas para a existência da escravidão e do tráfico a partir da concepção da diferenças e hierarquia entre as raças. Cada qual a seu modo, busca explicar a escravidão a partir do próprio negro.

João Ribeiro constrói uma justificativa para a escravidão a partir da sua anterior existência na África. Seus argumentos contribuíram para a consolidação dessa idéia na historiografia brasileira, mesmo ele ressaltando ser esta uma desculpa por parte dos traficantes.

A escravidão para as nações negras era a pena de quase todos os delitos; o pai podia vender, o juiz (o sova) podia condenar qualquer à escravidão; o rei podia escravizar os vassalos e a guerra podia escravizar a todos. D'esse princípio bárbaro (cuja execução facilitavam ou procuravam originar), aproveitavam-se os traficantes comprando e resgatando a ímpia propriedade. Desde logo a cobiça dos pais, o arbítrio dos reis e dos sovas, e o direito da guerra convulsionou como um terremoto todo o sertão negro; as famílias se desmembraram, as rixas se multiplicam, as guerras se ateiam, a caça humana se institui; o resgate dos negreiros é apenas o triste epílogo das grandes conflagrações, cujo rastilho eles acendiam de longe na foz deserta dos rios ou à beira do Oceano.

Com isso se desculpavam dizendo ser a escravidão mais um negócio africano, do que d'elles traficantes (RIBEIRO, 1935: 246).

Daí ele inicia a condenação do tráfico, descrevendo suas atrocidades e suas condições subumanas, tecendo duras críticas às condições de higiene e humanidade. No entanto, constrói toda uma justificativa para afirmar que a escravidão na América representou uma melhoria nas condições de vida do negro africano. Passa a idéia de que no Novo Mundo ele encontrou uma escravidão mais amena, principalmente quanto tinha a sorte de conseguir um senhor cristão e condolente.

Força é confessar que de toda essa jornada de horrores a escravidão no Brasil é o epílogo desejado para os escravos. D'aqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos Senhores, que melhores que os da África e os do mar. (...)

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia. Se os negros não tiveram, como os índios, em favor d'eles, a voz onipotente da igreja, tiveram ao menos o espírito cristão e a caridade própria da nossa raça (RIBEIRO, 1935: 249).

Assim, Ribeiro justifica a escravidão, apresentando uma versão “branda” e humanizada pelo espírito cristão do brasileiro. Mostra-se precursor da idéias de Gilberto Freyre, destacando o caráter filantrópico dos colonos que demarca o diferencial no regime escravista, diferenciando o Brasil dos ingleses e franceses.

Descreve também um quadro harmônico das relações entre senhores e escravos, atribuída essa harmonia à boa índole do homem branco. Ribeiro, mais uma vez, recorre à questão das diferenças entre as raças para justificar as atitudes diante os negros escravos.

Borges dos Reis explica a escravidão a partir da não adaptabilidade do indígena ao trabalho e, logo, o contrário em relação ao negro.

A insumissão do aborígene ao trabalho, a sua inadaptação, como máquina, à vida agrícola, a oposição e a concorrência dos jesuítas obstando até a locação dos serviços dos indígenas aldeados – foram pois as causas que determinaram a introdução dos africanos escravos no Brasil (REIS, 1915: 135)

A partir dessa justificativa, chama atenção para a já existência da escravidão na Europa antes do descobrimento do Brasil, destacando também a violência do comércio negro.

Abundante era o pasto: o gado humano, arrancado violentamente do solo nativo, bestificado pelos rigores da travessia, oprimido pelo azorrique do feitor, não podia reagir, não disporia da selva próxima e, passivamente, seria atrelado ao leito. E assim foi. (REIS, 1915: 137)

Condena o tráfico e denuncia suas condições após a proibição desse comércio (1831). Para Borges dos Reis inicia aí toda sorte de horrores e desumanidades sofridos pelos negros africanos.

(...) O risco desse comércio passou a ser maior desde que de livre tornou-se perseguido, e a violência, a ausência de escrúpulos, a obliteração dos sentimentos de humanidade cresceram na razão direta dessa perseguição.

O aspecto de um navio negreiro passou a ser horrível; e quando, na praia deserta do litoral brasileiro, conseguia o contrabandista despejar a carga, 30% dela ficava no porão apodrecida, e o aspecto da que desembarcava inspirava dó e lástima. (REIS, 1915: 138).

Resistência escrava

Esta temática aparece apenas em João Ribeiro que demonstra certa simpatia pelos negros e por sua coragem. Condena a escravidão, embora permaneça imbuído da visão de inferioridade da raça negra e da sua função nesta pátria.

João Ribeiro destaca o processo de resistência escrava dando como exemplo as revoltas negras na Bahia, não tratando especificamente da experiência de Palmares.

Ele ressalta a ousadia e luta dos negros contra as atrocidades dos senhores, o que contradiz com o ‘espírito cristão’ descrito no capítulo VI. Chega a justificar a rebeldia dos negros.

Nos campos, nas florestas, nas fazendas e até no lar doméstico foram comuns os dramas e as tragédias da raça escravizada. Não é pois, de estranhar que por vezes, sem objetivo, sem ideal e sem ordem, se sublevassem os escravos, aqui e ali, na vastidão do território. (RIBEIRO, 1935: 487)

Em seguida inicia a descrição da revolta de negros malés, na Bahia em 1835, atribuindo às desordens regenciais e às guerras civis a facilidade da sua explosão. Salienta a competência do Governo da Bahia assim que soube da intenção da insurreição.

Prossegue Ribeiro afirmando ser o espírito de liberdade do negro um resultado da sociedade em que estavam inseridos. Aqui volta a sua concepção hierárquica das raças.

Se um dia se houver de escrever a historia da escravidão, indispensáveis se afiguram as narrativas dessas rebeldias que, sem sentido aparente para o regime dos governos escravocratas, todavia expressam o sentimento de liberdade que é o apanágio da própria civilização em cujo meio viviam os escravos (RIBEIRO, 1935: 489).

Borges dos Reis não traz nenhuma análise sobre essa temática. Há um silêncio em torno dos movimentos de negro em busca da libertação. Nem ao menos a experiência de Palmares foi relatada. Mesmo tendo acesso aos textos de Nina Rodrigues sobre as revoltas de negros na Bahia, não escreve uma só linha a respeito. Sua narrativa cobre apenas o movimento parlamentar em direção à abolição, como veremos a seguir.

Abolição da Escravatura

De uma maneira geral, os dois autores demonstram simpatia pela causa abolicionista, percebendo sua necessidade. Entendem a abolição como parte de um processo maior de transformação da sociedade brasileira que caminhava para a República.

João Ribeiro inicia a discussão justificando que irá apenas fazer algumas indicações dessa temática, pois a história contemporânea ainda não pode ser devidamente descrita, mesmo assim tece algumas considerações.

Justifica por ter sido os brasileiros um dos últimos povos a emancipar seus escravos pelo numero imenso do trafico. Indica uma simpatia à ação de D. Pedro II em favor da emancipação, mostrando suas atitudes para o desdobramento de um processo gradual e pacífico, diferentemente do contexto norte americano. Ribeiro não apresenta conflitos e divergências no movimento abolicionista. Mostra-se simpático à gradatividade da emancipação, em nome da ‘civilização’ e para evitar tumultos.

Os descontentamentos com a abolição somaram-se a outros descontentamentos políticos levando, segundo João Ribeiro, à proclamação da República.

Borges dos Reis, por conseguinte, apresenta a idéia de libertação dos escravos como consequência da ação de parlamentares e abolicionistas, além de um desdobramento quase natural no desenrolar da história.

Reforça a importância do negro para o país, não apenas enquanto escravo, mas posterior à abolição.

Elemento poderoso da prosperidade colônia foi por certo o negro africano e os seus descendentes; elemento não menos valioso continuou a ser do nacional, quando o país alcança a sua emancipação política. (REIS, 1915: 55)

Mesmo reconhecendo e valorizando o elemento negro na construção da nação, volta a trazer para o centro da história o homem branco que, por bondade encaminha o processo da abolição.

Mas o espírito filantrópico dos brasileiros não se detém, era preciso extinguir a fonte da escravidão no país, e só bella conquista realiza-se com a lei de 28 de setembro de 1871, apresentado ao parlamento brasileiro pelo eminente estadista José Maria da Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco que, ao fazê-lo triunfar empenhou as energias másculas do seu privilegiado talento. (REIS, 1915:156)

O autor discorre sobre o longo processo de abolição ocorrido no parlamento – aprovação das leis emancipadoras (Ventre Livre, Sexagenários), como também fala da participação de outros setores sociais nesse movimento (intelectuais, poetas, etc). Por fim informa brevemente que a lei foi sancionada pela Princesa Isabel, regente à época, sem com isso estabelecer qualquer papel de destaque ao fato. Nisso diferencia-se de outros manuais responsáveis pela construção do mito da redentora.

Considerações

Os dois manuais aqui analisados são exemplares das mudanças registradas na sociedade brasileira como um todo, particularmente no campo educacional. Estavam antenados com as ‘novas’ idéias pedagógicas divulgadas no mundo, e foram além da simples descrição de fatos. Construíram uma análise sobre o Brasil.

No geral, os dois autores sustentam-se numa visão de história como manifestação da trajetória da formação da nação brasileira, consolidada com a proclamação da República. Como parte dessa concepção de história, o escravo negro aparece como elemento formador da

nação, porém ocupando um lugar ‘menor’ nesse processo pela inferioridade da raça e das civilizações africanas em relação à civilização européia.

Apesar de destacarem, muitas vezes em tom de denúncia, a crueldade da escravidão, justificam sua existência por séculos em nome de um projeto maior – a construção da nação brasileira livre, soberana, republicana.

O livro de João Ribeiro incorpora as mudanças teórico-metodológicas do final do XIX e início do XX, tornando-se um marco na historiografia brasileira por esta inovação e pela riqueza de pesquisa histórica. Contudo, assim como Borges dos Reis, continuam pensando a temática escrava como os intelectuais do IHGB.

Demonstram simpatia pela causa abolicionista e percebem sua necessidade histórica. Afinal eram intelectuais ligados ao movimento republicano e pensavam a nação brasileira a partir dos padrões modernizantes europeus. Mesmo assim, não analisam em momento algum a situação sócio-econômica do negro após a abolição. Passam a sensação que apostavam num embraquecimento e conseqüente desaparecimento do negro.

Nesse sentido consideramos que João Ribeiro e Borges dos Reis reforçam uma visão do negro hegemônica naquele período – inferior, atrasado culturalmente, incapaz de progredir tecnologicamente e, portanto, destinado ao fracasso ou ao desaparecimento. Visão esta que terá repercussões fundamentais no espaço escolar, no processo de formação de uma cultura escolar e suas relações na sociedade como um todo.

Referências

- HOBBSBAWM, E. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIMA, D. K. **O Banquete Espiritual da Instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003, (Dissertação de Mestrado).
- NUNES, A. A. **Política Educacional no início da Primeira República na Bahia: duas versões do projeto liberal**. Salvador: Faced/UFBA, 2003 (Tese de doutorado).
- PINA, M. C. D. “A escravidão no livro didático de história: problematizando momentos da educação republicana (1890-1980)”. In: MAGALHÃES, L. & ALVES, A. E. & CASIMIRO, A. P. (orgs). **Lugares e sujeitos da pesquisa em História, educação e cultura**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.
- RIBEIRO, J. (J. Batista R. de Andrade Fernandes). **História do Brasil – curso médio**, 17ª ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro (Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935).
- REIS, A. A. B. R. **História do Brasil (cursos dos Gymnásios e Lyceus)**. Bahia, 1915

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.